

A HEGEMONIA DO AGRONEGÓCIO E A RECONFIGURAÇÃO DA LUTA PELA TERRA E REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

Paulo Alentejano

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Brasil

E-mail: paulinhochinel@gmail.com

Resumo

A conjuntura agrária brasileira tem hoje como marca fundamental a hegemonia do agronegócio, reforçando o poder do latifúndio, bloqueando a reforma agrária e colocando na defensiva os movimentos sociais e povos do campo. Tal processo tem aprofundado a expropriação e a violência contra camponeses, indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais e expandido a produção agropecuária centrada na grande propriedade, articulada ao grande capital transnacional e sustentada política e economicamente pelo Estado brasileiro e ideologicamente pela mídia empresarial. Diante disto, há uma reconfiguração da luta pela terra. De um lado, verificamos a resistência dos camponeses, indígenas e quilombolas contra o açambarcamento das terras que ocupam pelas forças do latifúndio/agronegócio. De outro, observamos a luta dos movimentos sociais do campo contra um modelo agrário que concentra riqueza, promove devastação ambiental (desmatamento e contaminação de águas, solos, alimentos e trabalhadores por agrotóxicos) e se reproduz com base na violência e na exploração do trabalho (inclusive com trabalho escravo); e por uma reforma agrária que desconcentre a terra, o poder e a riqueza no campo e promova a produção de alimentos saudáveis a partir da perspectiva agroecológica.

Palavras-chave: agronegócio; conflitos pela terra; reforma agrária.

Abstract

The Brazilian agrarian conjuncture has today as its fundamental mark the hegemony of agribusiness, reinforcing the power of the big farms, blocking agrarian reform and putting social movements and rural peoples on the defensive. This process has deepened the expropriation and violence against peasants, indigenous peoples, quilombolas and other traditional communities and expanded agricultural production focused on large property, articulated to the big transnational capital and supported politically and economically by the Brazilian state and ideologically by the business media. Faced with this, there is a reconfiguration of the struggle for land. On the other hand, we observe the struggle of rural social movements against an agrarian model that concentrates wealth, promotes environmental devastation (deforestation and contamination of water, soils, food and workers by pesticides) and reproduces itself on the basis of violence and the exploitation of labor (including slave labor); and by an agrarian reform that deconstructs land, power and wealth in the countryside and promotes the production of healthy food from the agroecological perspective.

Key-words: agribusiness; land conflicts; agrarian reform.

Introdução

A conjuntura agrária brasileira tem hoje como marca fundamental a hegemonia do agronegócio, reforçando o poder do latifúndio, bloqueando a reforma agrária e colocando na defensiva os movimentos sociais e povos do campo. Tal processo tem aprofundado a expropriação e a violência contra camponeses, indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais e expandido a produção agropecuária centrada na grande propriedade, articulada ao grande capital transnacional e sustentada política e economicamente pelo Estado brasileiro e ideologicamente pela mídia empresarial.

Diante disto, há uma reconfiguração da luta pela terra. De um lado, verificamos a resistência dos camponeses, indígenas e quilombolas contra o açambarcamento das terras que ocupam pelas forças do latifúndio/agronegócio. De outro, observamos a luta dos movimentos sociais do campo contra um modelo agrário que concentra riqueza, promove devastação ambiental (desmatamento e contaminação de águas, solos, alimentos e trabalhadores por agrotóxicos) e se reproduz com base na violência e na exploração do trabalho (inclusive com trabalho escravo); e por uma reforma agrária que desconcentre a terra, o poder e a riqueza no campo e promova a produção de alimentos saudáveis a partir da perspectiva agroecológica.

O presente artigo se estrutura em duas partes: a primeira busca analisar como se consolidou a hegemonia do agronegócio e quais as consequências desta sobre o espaço agrário brasileiro; a segunda discute o processo de reconfiguração da luta pela terra no Brasil.

A hegemonia do agronegócio no espaço agrário brasileiro: projeto político-ideológico, transformações econômicas e consequências socioambientais

Agro é tech, Agro é pop, Agro é tudo! Desde 2016, todos os dias somos bombardeados durante um minuto por esta propaganda no horário nobre da maior cadeia de televisão do país, cuja intenção é nos fazer crer que tudo que existe no campo brasileiro está vinculado ao agronegócio. Este seria responsável pelo bem estar da população brasileira, seja por produzir os alimentos que abastecem as cidades, seja por contribuir para a geração de emprego e renda no campo e na cidade, além de contribuir para a sustentação da nossa economia, através de vultosos saldos comerciais.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 251-285, mês dez, 2020.

ISSN: 2176-5774

Mas será que essa imagem autoprojeta do agronegócio corresponde à realidade? Que faces do agronegócio essa propaganda esconde? E o que há de verdade nesta imagem?

A palavra agronegócio é recente na língua portuguesa, não existia até os anos 1990. Trata-se de uma tradução da palavra inglesa *agribusiness*. A própria Associação Brasileira do Agronegócio – ABAG – era denominada Associação Brasileira do Agribusiness até os anos 2000. A mudança fez parte de uma estratégia de marketing para popularizar a noção de agronegócio.

A noção de *agribusiness* foi cunhada originalmente nos Estados Unidos por John Davis e Ray Goldberg na década de 1950 e incorporado ao vocabulário político brasileiro em 1993 quando da fundação da ABAG. Três anos antes, Ney Bittencourt de Araujo, Ivan Wedekin e Luiz Antonio Pinazza publicaram o livro “Complexo agroindustrial – o agribusiness brasileiro”, no qual empregam pioneiramente a palavra agribusiness na análise do campo brasileiro. Mas seu uso permaneceu restrito ao longo dos anos 1990.

Essa década é marcada por uma forte crise da agricultura brasileira, com a falência generalizada de agricultores e agroindústrias, no rastro das medidas neoliberais que retiraram subsídios, reduziram créditos e expuseram a agricultura à competição de outros países com a redução de taxas alfandegárias.

Foi ainda uma década em que houve um grande avanço da luta pela reforma agrária no Brasil, com o fortalecimento e multiplicação dos movimentos que lutavam pela terra, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Sob forte pressão política, em especial após os massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás, o governo Fernando Henrique Cardoso foi obrigado a acelerar e ampliar a criação de assentamentos, pois havia generalizado apoio popular à reforma agrária e ao MST. Isto foi facilitado pela queda generalizada do preço da terra no país na década de 1990, resultado do desmonte das políticas de apoio à agricultura e da falência generalizada de agricultores (Delgado, 2012). Mas ao mesmo tempo o governo buscou medidas de desmobilização da luta pela terra e repressão e contenção dos movimentos. Foi nesse cenário que, articuladamente, governo, latifundiários, grandes empresas do setor agropecuário e mídia, iniciaram uma massiva campanha de desmoralização e criminalização do MST e de construção de uma imagem positiva do *agribusiness*, logo rebatizado de agronegócio para tornar mais palatável essa nova imagem.

Este processo coincide com uma guinada na economia do país. Pressionado pela crise cambial de 1998/1999, o governo estimulou as exportações como forma de obter saldos na balança comercial para pagar as dívidas do país. Entre os setores estimulados estava o agronegócio, livre do pagamento de impostos sobre a exportação de produtos primários, desde a Lei Complementar 87/1996, conhecido como Lei Kandir.

Configura-se a partir de então um movimento para elevar o agronegócio à condição de um dos pilares da economia brasileira, ao mesmo tempo em que a reforma agrária é apresentada como anacrônica e os movimentos sociais do campo como violentos e atrasados.

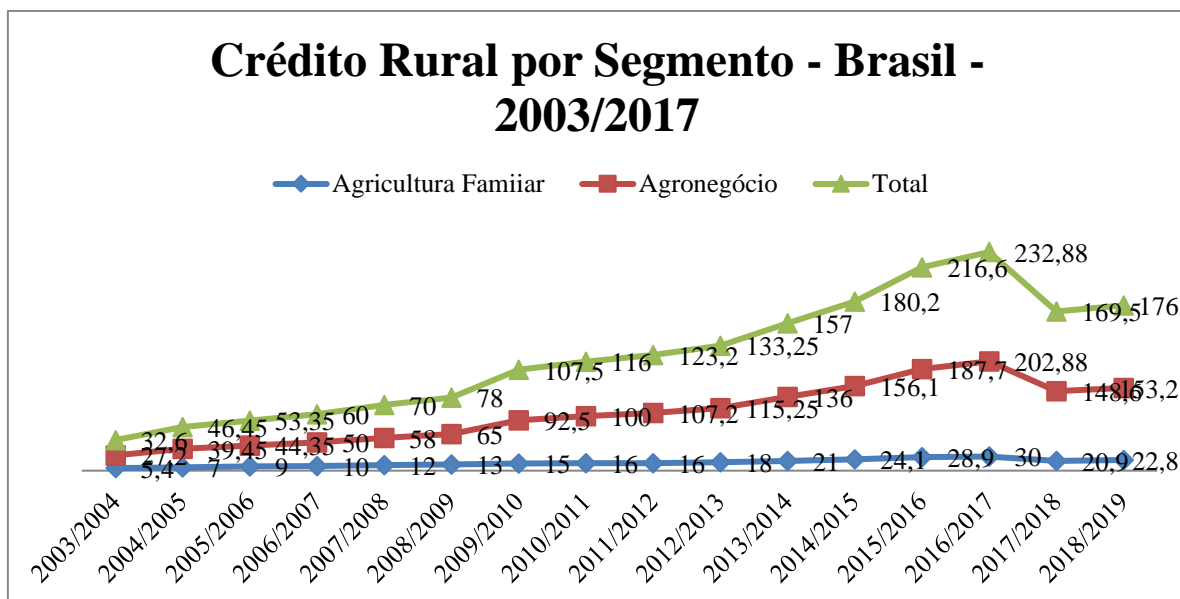
Com o aumento da demanda mundial das chamadas *commodities* na década de 2000, impulsionado pelo crescimento da economia chinesa, as exportações brasileiras de produtos agropecuários se expandiram fortemente em quantidade e valor e o agronegócio foi se fortalecendo cada vez mais. O valor médio anual das exportações passou de 50 bilhões de dólares no período 1995/99 para cerca de 200 bilhões no final da década de 2000, com a participação dos produtos básicos passando de 25% para 45% da pauta de exportações em 2010 e somados aos semimanufaturados este número passa para 54,3%, configurando a reprimarização do comércio exterior (Delgado, 2012, p. 95).

Esta estratégia política de ancorar a economia na exportação de *commodities* não foi exclusiva do Brasil, disseminando-se por toda a América Latina, configurando o que Svampa (2013) denominou de “consenso das *commodities*”, quer dizer, uma espécie de consenso político e ideológico de que a única via legítima ou possível para o desenvolvimento é através da exploração intensiva e em grande escala de recursos naturais para a produção de produtos primários.

Para este crescimento do agronegócio contribuiu, decisivamente, a adoção de um conjunto de políticas: trabalhistas, que promoveram a flexibilização das relações de trabalho; ambientais, cujos marcos regulatórios foram revisados; de infraestrutura, sobretudo escoamento da produção; de ordenamento territorial e regularização fundiária; e de financiamento (Heredia, Leite e Palmeira, 2010).

No caso desta última, houve uma forte retomada do crédito rural, que havia decaído fortemente ao longo dos anos 1990 e foi alavancado novamente.

Gráfico 1 – Evolução do Crédito Rural no Brasil – 2003-2019



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Organizado pelo Autor.

Em 2003/2004, o valor total do crédito rural foi de 32,6 bilhões de reais, sendo 27,2 bilhões para a agricultura patronal e 5,4 bilhões para o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Já em 2016/2017 estes valores pularam para 232,88 bilhões de reais no total, 202,88 bilhões para a agricultura patronal e 30 bilhões para a agricultura familiar. Isto sem falar nos subsídios, que segundo Delgado (2012), somaram 86,6 bilhões de reais entre 2000 e 2010.

No rastro do crescimento econômico, o agronegócio foi também se fortalecendo politicamente. Não à toa, praticamente todos os ministros da Agricultura nas últimas duas décadas foram figuras de destaque do agronegócio, como Roberto Rodrigues (então presidente da ABAG) no primeiro governo Lula, Kátia Abreu (à época presidente da Confederação Nacional da Agricultura) no governo Dilma, Blairo Maggi (um dos maiores produtores de soja e dono da maior empresa de processamento e comercialização de soja brasileira) no governo Temer e Tereza Cristina no governo Bolsonaro. Além disso, no primeiro governo Lula, o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior foi o ex-presidente da Sadia (uma das maiores empresas do setor de carnes na ocasião) Luiz Fernando Furlán.

Dossiê Temático

“Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”

Talvez a maior expressão política do fortalecimento do agronegócio seja o crescente poder da Bancada Ruralista, maior e mais influente bancada setorial do parlamento brasileiro. Denominada oficialmente de Frente Parlamentar da Agropecuária, esta vem atuando na defesa dos interesses do agronegócio no Congresso. Na legislatura 2014-2018, a Bancada possuía 214 deputados e 24 senadores associados, respectivamente, 41,7% do total de deputados e 29,6% do total de senadores. A Bancada cresceu ainda mais na atual legislatura, iniciada em 2019, somando 225 deputados e 32 senadores, o que corresponde a 43,9% da Câmara e 39,5% do Senado.

Neste cenário, ao mesmo tempo em que o agronegócio se fortalecia, a reforma agrária, enquanto política estrutural de reordenamento das relações de propriedade e de produção no campo brasileiro, foi sendo deixada de lado, limitando-se a política agrária à criação de assentamentos em áreas mais conflituosas. Contribuiu também para isso a elevação do preço das terras, no rastro da expansão das commodities (Delgado, 2012). Com isso, mesmo os assentamentos anteriormente criados passaram a ser visados pelo agronegócio, em seu movimento expansivo em busca de novas terras. Almeida (2009) denominou de agroestratégias um conjunto articulado de discursos, ações e mecanismos construídos por agências multilaterais e conglomerados financeiros e agroindustriais, para incorporar novas terras para a expansão da produção de *commodities* agropecuárias. Segundo o autor: “faz parte das agroestratégias a disseminação de uma visão triunfalista dos agronegócios articulada com uma imagem hiperbolizada do Brasil e de seu potencial agrícola. De acordo com esta formulação, no Brasil a terra seria um bem ilimitado e permanentemente disponível.” (Almeida, 2009, p. 68)

Nesta perspectiva, áreas de preservação ambiental, terras indígenas, quilombolas, de assentamentos rurais e de uso comum são obstáculos a serem removidos, visando ampliar a oferta de terras no mercado que vive momento de intenso aquecimento, derivado do crescimento da demanda internacional por *commodities* agrícolas e do crescente interesse de grupos estrangeiros na aquisição de terras no Brasil. Este aquecimento, que vinha se dando desde o início dos anos 2000, se intensifica a partir da crise econômica-alimentar-energética-ambiental de 2007/2008, que desencadeia um forte crescimento de investimentos em terras, seja para investir na produção de alimentos e agrocombustíveis, cujos preços se elevaram, seja pela terra ser vista em períodos de crise como uma reserva de valor.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 251-285, mês dez, 2020.

ISSN: 2176-5774

Duas legislações propostas pelo governo Lula, as MPs 422/2008 e 458/2009, convertidas respectivamente nas leis 11.763/2008 e 11.952/2009, facilitaram a legalização de terras griladas na Amazônia, ao ampliar o limite máximo das terras que poderiam ser legalizadas e facilitar os procedimentos para a regularização, servindo de base para a criação do Programa Terra Legal. Posteriormente, o governo Temer expandiu essa possibilidade para todo o país, através da Lei 13.465/2017, além de abrir caminho para a privatização das terras dos assentamentos rurais, aprofundando a mercantilização da terra.

O processo de incorporação de novas áreas é condição fundamental para a dinâmica do agronegócio, ampliando o domínio territorial e abrindo novas fronteiras através da “acumulação por espoliação” (Harvey, 2004), processo violento de apropriação e expropriação dos recursos naturais, terras e territórios que imprime nos territórios padrões de conflito expressos em sistemáticos despejos, cessão irregular de terras, cerceamento de acessos públicos, cercamento de terras de uso coletivo, impedimento de acesso à água, captação em escala industrial dos recursos hídricos, desmatamentos, entre outros conflitos.

Observa-se assim que a violência é parte constitutiva da lógica do agronegócio, haja vista a persistência, em pleno século XXI, de elevados índices de assassinatos, despejos e expulsões nas disputas por terra no país, com requintes de crueldade, quando se considera que em 2017 foram nada menos que cinco massacres de camponeses, quilombolas e indígenas no campo brasileiro.

Defrontados com tais críticas, os representantes do agronegócio buscam reconfigurar o discurso e a imagem, escamoteando suas práticas históricas de violência no campo. Mas, o agronegócio tem enfrentado dificuldades para impor sua agenda e sua autoimagem. Talvez a principal delas venha dos embates no campo ambiental. O primeiro grande embate neste sentido foi a reforma do Código Florestal, defendida pelos representantes do setor, mas que contribuiu para associá-lo ao desmatamento e à destruição das florestas. O segundo embate neste campo refere-se à discussão sobre os agrotóxicos, insumos intensamente consumidos pelo setor. Diante de pressões como o da “Campanha contra os Agrotóxicos e pela Vida”, articulada por diversas entidades ambientalistas e movimentos sociais do campo e da cidade, o agronegócio tem buscado estratégias as mais diversas, desde mudar a legislação para alterar o nome oficial destes produtos para defensivos agropecuários, até negar os malefícios dos mesmos.

Além das questões do desmatamento e dos agrotóxicos, também a água tem se revelado objeto de disputas que revelam a face desigual e perdulária do agronegócio. Em novembro de 2017 ocorreu um episódio que ilustra bem essa situação. No município de Correntina, no oeste da Bahia, uma fazenda que captava água de um rio, que historicamente garantia água para a população local, foi depredada por moradores insatisfeitos com a falta de água para beber, enquanto a fazenda utilizava-a em larga escala para irrigação. O conflito de Correntina chamou atenção para o fato de que 70% da água doce utilizada no Brasil é destinada à irrigação, muitas vezes através de pivôs-centrais que desperdiçam grandes quantidades de água, enquanto falta água nos lares de muitos brasileiros e não por falta de chuva, mas pela apropriação desigual da água.

Para contornar essas críticas, o agronegócio buscou desenvolver um discurso de sustentabilidade e responsabilidade ambiental (Bruno, 2008). Dentre essas ações destaca-se o “Movimento de Valorização do Agronegócio – Sou Agro”, criado em 2011, que utilizava em suas campanhas publicitárias conhecidos atores globais para difundir uma imagem positiva do agronegócio. O foco principal do movimento era desfazer o que consideravam discriminação das populações urbanas contra o setor, decorrente do suposto desconhecimento do seu papel na sociedade brasileira sobre a “vocação agrícola” do país e seu potencial para ser o “celeiro do mundo”, isto é, contribuir para combater a fome que assola muitas pessoas mundo afora.

Outro instrumento de difusão da imagem do agronegócio que vem sendo desenvolvida nas últimas décadas são as intervenções junto às escolas. A principal dessas iniciativas é o Programa Educacional Agronegócio na Escola, criado em 2001 pela seção da ABAG de Ribeirão Preto – SP, para através de convênios, incidir sobre as escolas públicas da região, que conta com 90 municípios (Lamosa, 2016). Inicialmente foi feito um convênio com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo para atuar em escolas do ensino médio, o qual se encerrou em 2008. De 2009 em diante, os convênios passaram a ser feitos com as secretarias municipais, com foco nos alunos de 8º e 9º ano do Ensino Fundamental. O Programa, que começou sendo realizado em 7 municípios, chegou a 75 em 2012, envolvendo 150 professores e 14 mil alunos. Somados os anos de realização do Programa, entre 2001 e 2013, a ABAG contabilizou 110 mil estudantes envolvidos, que participaram de visitas a eventos e empresas do agronegócio e de concursos de redação,

frases e desenhos. Já os professores concorriam a premiações decorrentes das atividades realizadas (Lamosa, 2016).

Outra iniciativa importante neste campo é o Programa Agrinho, criado pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná no final dos anos 1990 e posteriormente replicado em vários outros estados, como Ceará, Espírito Santo, Goiás e Mato Grosso do Sul, e que promove concursos e distribui material didático em escolas.

O uso deste conjunto de estratégias de propaganda revela os esforços do agronegócio para se afirmar perante a sociedade brasileira. Mas não tem sido fácil, diante das contradições que lhe são inerentes, pois, como nos lembra Delgado (2012), a superexploração do trabalho (expressa na extensão da jornada de trabalho dos assalariados rurais e na multiplicação de acidentes de trabalho e aposentadorias por invalidez no campo) e dos recursos naturais (desmatamento, uso cada vez mais intensivo de agrotóxicos e de água) são bases fundamentais para a acumulação de capital no agronegócio, definido por esse autor como uma *“associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária, sob patrocínio fiscal, financeiro e patrimonial do estado”* (Delgado, 2006:1).

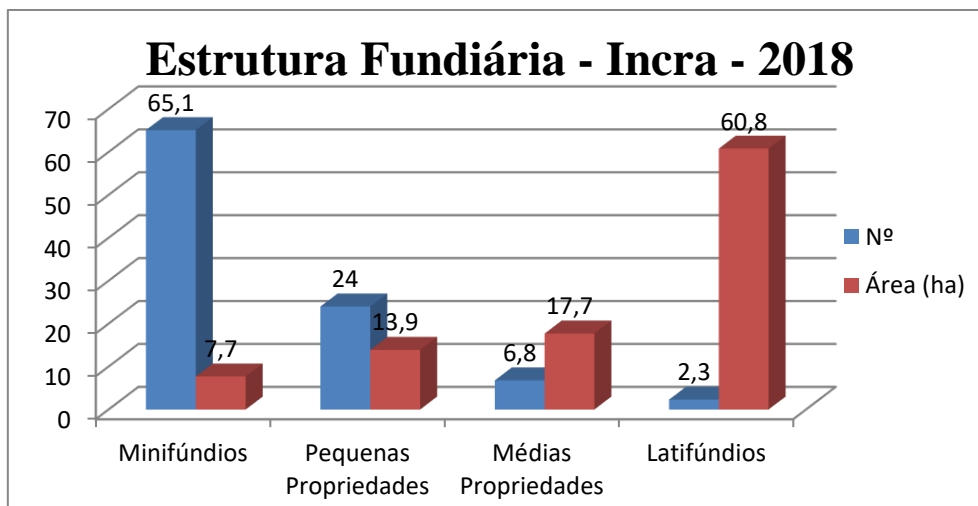
Acrescentamos a sustentação político-ideológica da grande mídia empresarial como outra base fundamental do agronegócio - não à toa, os grandes grupos empresariais da mídia integram a ABAG.

Como resultado da expansão do agronegócio, o Censo Agropecuário do IBGE de 2017 apontou que os estabelecimentos agropecuários com mais de 1.000 ha aumentaram ainda mais a área sob seu controle, que já era de absurdos 45% segundo o Censo de 2006 e agora é de 47,5%. Isso para um total de apenas 1% dos estabelecimentos, pouco mais de 50 mil de um total de mais de 5 milhões. Foram 16,5 milhões de ha a mais incorporados pelos grandes, enquanto os menores estabelecimentos, que têm até dez hectares, representam 50,2% do número total de estabelecimentos, mas ocupam apenas 2,3% da área. Essa inominável concentração fundiária segue inalterada, configurando talvez a principal marca histórica do campo brasileiro. Inaugurada com o instrumento colonial das sesmarias, foi intensificada pela Lei de Terras de 1850, se manteve intacta pelos sucessivos bloqueios impostos à reforma agrária na história do país e vem aumentando no rastro da expansão do agronegócio.

Se considerarmos os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), ao invés dos dados do IBGE, isto é considerarmos os imóveis rurais, ao

invés dos estabelecimentos agropecuários¹, verificamos que o panorama não é muito diferente.

Gráfico 4 – Imóveis Rurais segundo o Número e a Área por Grupos de Área - 2018



Fonte: Estatísticas Cadastrais do Incra, 2018 – Organizado pelo Autor.

Dados do Cadastro Rural do Incra de 2018 apontam a existência no Brasil de 6.574.830 imóveis com 775.523.405 ha.² Os minifúndios – que são os imóveis com menos de 1 módulo fiscal – são 65,1% do total de imóveis, mas ocupam apenas 7,7% da área e os latifúndios – que são os imóveis com mais de 15 módulos fiscais – representam apenas 2,3% do total de imóveis, mas controlam 60,8% da área. Vale acrescentar que somente 887 imóveis que possuem mais de 600 módulos fiscais controlam 166.093.941 ha, o que corresponde a 21,4% da área total.

Este processo histórico de concentração fundiária foi reforçado com a modernização conservadora da agricultura brasileira conduzida pela Ditadura Empresarial-

¹ O IBGE utiliza a categoria estabelecimentos agropecuários que considera a unidade produtiva, enquanto o Incra utiliza a categoria imóvel rural, isto é, tem como base a propriedade da terra. Assim, por exemplo, se uma fazenda é arrendada para quatro diferentes agricultores, o Incra contabiliza um imóvel rural e o IBGE quatro estabelecimentos agropecuários. Por outro lado, se três diferentes fazendas são administradas como uma unidade produtiva contínua, o Incra contabiliza três imóveis rurais e o IBGE apenas um estabelecimento agropecuário. Assim, os dados do IBGE e do Incra devem ser considerados como complementares para a análise da concentração fundiária.

² O Cadastro Rural do Incra é autodeclaratório, o que pode indicar a inexatidão destes dados, uma vez que o Brasil tem 850 milhões de hectares e os imóveis rurais cobriram 775 milhões, restando apenas 75 milhões para áreas indígenas, unidades de conservação, cidades, estradas, hidrelétricas, etc. Considerando que só as unidades de conservação e as terras indígenas somam 242 milhões de hectares haveria, no mínimo 167 milhões de imóveis irregulares no Brasil.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 251-285, mês dez, 2020.

Militar após 1964, resultando na adaptação da agropecuária brasileira à lógica da revolução verde³ e se mantém até hoje. Carter define assim esse processo:

(...) o atual modelo de desenvolvimento rural do país, fundado na promoção do agronegócio e na proteção das grandes propriedades de terras, foi desenvolvido e financiado pelo regime militar. Desde então, a inércia conservadora do Estado se manteve sem grandes alterações, apesar da democratização do regime político, das leis favoráveis à reforma agrária e da expressiva demanda popular por terra.” (CARTER, 2010: 514)

Ou como prefere Delgado (2010: 88), estamos diante de um “pacto agrário tecnicamente modernizante e socialmente conservador” que articulou as oligarquias rurais ligadas à grande propriedade territorial com a moderna indústria e o setor financeiro, intensificando a concentração fundiária no país.

A combinação em alto grau da disponibilidade de terra e água faz do Brasil um dos principais focos de atração para os capitais interessados em expandir a produção agropecuária, visto que o padrão agrícola moderno, derivado da revolução verde, é intensivo em terra, água e energia. Ressalte-se, que a tropicalidade (abundância de sol e água) dominante em nosso território garante a intensidade dos processos de fotossíntese, acelerando o metabolismo das plantas e conseqüentemente seu processo de crescimento, o que favorece ainda mais a acumulação de capital na agricultura, por contribuir para reduzir um dos seus principais entraves que é a diferença entre tempo de trabalho e tempo de produção.

A partir disto constrói-se uma “visão triunfalista dos agronegócios articulada com uma imagem hiperbolizada do Brasil e de seu potencial agrícola” (Almeida, 2010: 110), como parte das estratégias de expansão do grande capital na agricultura brasileira (agroestratégias na expressão de Almeida), como se nestas terras não houvessem indígenas, quilombolas, geraizeiros, seringueiros, quebradeiras de coco de babaçu e tantos outros que ocupam de maneira diversificada o espaço agrário brasileiro.

Estas agroestratégias articulam-se com o crescente movimento de internacionalização da agricultura brasileira verificada nos últimos anos, no qual destacam-

³ A revolução verde consiste no processo de modernização técnica da agricultura – baseada em mecanização, quimificação e melhoramento genético – gestada nos EUA e difundida pelo Terceiro Mundo a partir dos anos 1950 sob o pretexto de combater a fome e a miséria, mas que visava na realidade combater o perigo da revolução vermelha/comunista que chegara à China no fim da década de 1940 e ameaçava se espalhar pelo resto do Terceiro Mundo.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 251-285, mês dez, 2020.

Dossiê Temático

“Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”

se a intensificação: (1) do controle das transnacionais do agronegócio sobre a agricultura brasileira – seja pela determinação do padrão tecnológico (sementes, máquinas e agroquímicos), seja pela compra/transformação da produção agropecuária (grandes *traders*, agroindústrias); (2) da compra de terras por fazendeiros, empresas e grupos estrangeiros.

No que diz respeito ao controle das transnacionais sobre a agricultura brasileira, o que mais chama atenção nos dias de hoje é a crescente difusão das sementes transgênicas pelas grandes empresas do setor, como Monsanto, Bayer, Syngenta⁴, que também são as grandes produtoras de agroquímicos, o que contribuiu para a transformação do Brasil no maior consumidor mundial de agrotóxicos desde 2008.

A propagação desta agricultura de base mecânico-químico-biológica embora tenha se concentrado na grande propriedade monocultora atingiu também a pequena produção camponesa. Como afirma Carvalho:

Como a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante, parcela dos camponeses incorporou, sob as mais distintas formas, essa noção de progresso expressa na espoliação da natureza. E, mais, com a crescente tendência da artificialização da agricultura pela burguesia sob a hegemonia do capital financeiro, da oligopolização da oferta de insumos, do beneficiamento e da comercialização da produção agrícola por umas poucas empresas transnacionais, não só a artificialização da agricultura assim como o controle oligopolista da produção agrícola nacional tornaram-se uma realidade incontestada porque dominante e legitimada pelas mais distintas instituições da denominada democracia liberal burguesa vigente no país. (CARVALHO, 2013: 5)

Entretanto, vale observar também a ampliação do controle das transnacionais sobre a comercialização e o processamento industrial da produção agropecuária, sobretudo ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus (também conhecido como grupo ABCD). Segundo Delgado & Leite (2010), a participação do capital estrangeiro na agroindústria de esmagamento da soja cresceu de 16% em 1995 para 57% em 2005. Wesz Jr. (2014) aponta que em 2010 o grupo ABCD somado à Amaggi, empresa da família do atual ministro da Agricultura, Blairo Maggi, dominava 50% do esmagamento, 80% do financiamento da produção e 85% da comercialização de grãos.

Essas grandes corporações, originalmente concentravam sua atuação no ramo de cereais, mas nos últimos anos sua atuação tem se expandido para outros setores, em

4 A tendência é que esta concentração aumente ainda mais, pois há um movimento de fusão destas gigantes, por exemplo, com a compra da Monsanto pela Bayer.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 251-285, mês dez, 2020.

especial o sucroalcooleiro, no qual a presença das grandes empresas transnacionais tem se expandido rapidamente.

Este crescente controle das grandes corporações estrangeiras sobre a agropecuária brasileira se reflete também na ampliação da compra de terras por fazendeiros, empresas e grupos de investidores estrangeiros, embora a real dimensão desse processo de aquisição de terras por estrangeiros seja uma incógnita, uma vez que o Incra, órgão responsável pela administração fundiária no Brasil, não tem instrumentos efetivos de controle disto.⁵

Dados da plataforma LandMatrix⁶ que registra as transações de terra no mundo, apontam o Brasil como o terceiro país com mais aquisições de terras por estrangeiros, além de ser o oitavo em aquisição de terras fora do seu território.

Tabela 1 - Açambarcamento de Terras por Estrangeiros para Atividades Agropecuárias – 2020 (ha)

	Países Investidores		Países Alvo	
	País	Área (ha)	País	Área (ha)
1	China	7.502.079	Rússia	11.374.926
2	Rússia	6.305.709	Papua Nova Guiné	3.914.114
3	EUA	6.246.778	Brasil	3.442.613
4	Malásia	4.347.456	Ucrânia	3.287.215
5	Japão	3.567.397	Indonésia	3.216.438
6	Suíça	3.073.850	Sudão do Sul	2.542.292
7	Chipre	2.437.152	Moçambique	2.215.268
8	Brasil	2.406.329	Argentina	1.767.976
9	Emirados Árabes	2.388.715	Guiana	1.375.001
10	Cingapura	2.376.131	Libéria	1.343.889

Fonte: LandMatrix, 2020. Organizado pelo autor.

Há controvérsias sobre o volume de terras já pertencentes a grupos, empresas e fazendeiros estrangeiros, assim como são diferentes os interesses que impulsionam este

5 Como já dissemos anteriormente, o Sistema Nacional de Cadastro Rural é baseado em autodeclaração e praticamente não possui mecanismos de aferição de sua fidedignidade – ao contrário de outros tipos de declaração, como acontece com o imposto de renda que também é inicialmente baseado em autodeclaração, mas em torno do qual a Receita Federal constituiu um eficiente sistema de fiscalização. O que não significa dizer que não haja instrumentos de burla do imposto de renda, pelo contrário, há inclusive nas empresas de consultoria econômico-financeira especialistas em impostos que se dedicam à busca das brechas legais para a redução do pagamento de impostos.

⁶ A LANDMATRIX é uma plataforma colaborativa que envolve pesquisadores e ativistas dedicados a mapear os processos de açambarcamento de terras – ver www.landmatrix.org.

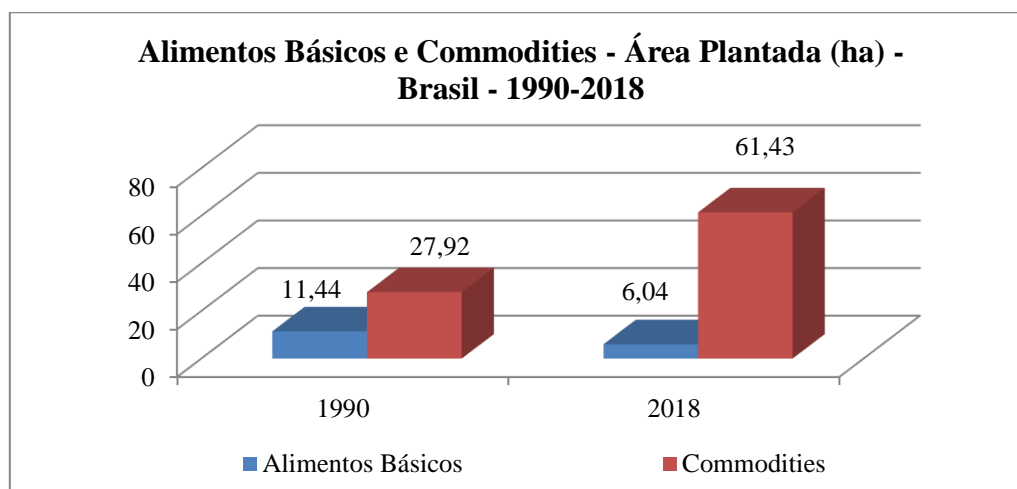
Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 251-285, mês dez, 2020.

novo movimento de internacionalização das terras no Brasil, mas não há como negar a existência de tais processos.

As consequências desta crescente internacionalização da agricultura brasileira se refletem, por exemplo nas transformações do padrão produtivo da agropecuária brasileira e na questão da segurança alimentar. Desde a segunda metade do século XX, a agropecuária brasileira passou por importantes processos de transformação que se intensificaram nas últimas décadas, com a consolidação do agronegócio.

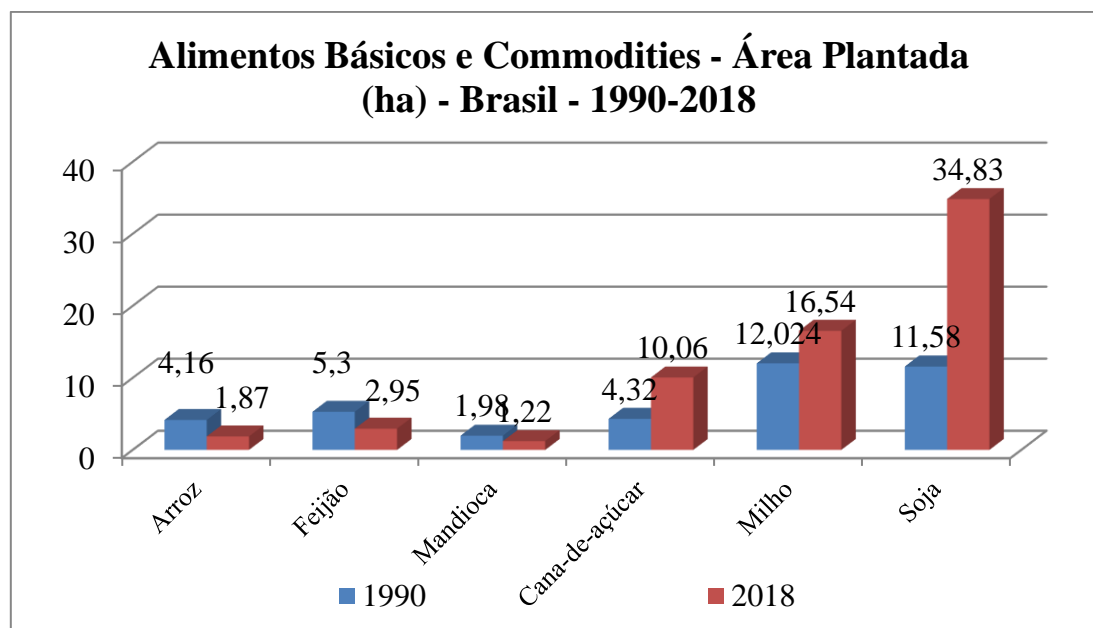
Segundo dados do IBGE, entre 1990 e 2018, a plantada com lavouras no Brasil aumentou de 53.152.446 ha para 78.502.422 ha. Entretanto, o aumento concentrou-se basicamente em três produtos voltados prioritariamente para exportação ou transformação industrial, as chamadas *commodities* – soja, cana e milho. A área plantada com estes três produtos passou de 27,2 milhões de ha em 1990 para 61,43 milhões de ha, um crescimento de 34,2 milhões de ha. Por outro lado, a produção de três alimentos básicos para a alimentação dos brasileiros, arroz, feijão e mandioca, diminuiu de 11,44 milhões de ha em 1990 para 6,04 milhões de ha, uma redução de 5,4 milhões de ha.

Gráfico 5 – Área plantada com Alimentos Básicos e Commodities – Milhões de ha - Brasil – 1990-2018



Fonte: IBGE. Organizado pelo Autor.

Gráfico 6 - Área plantada com Alimentos Básicos e Commodities por Cultura – Milhões de ha - Brasil – 1990-2018



Fonte: IBGE. Organizado pelo Autor.

Quando observamos especificamente cada uma dessas seis culturas, a soja destaca-se com um crescimento de 11,58 milhões de ha em 1990 para 34,83 milhões de ha em 2018, ou seja, mais do que triplicou a área plantada com essa cultura. Já a área plantada com milho passou de 12,02 para 16,54 milhões de ha e a área com cana aumentou de 4,32 para 10,06 milhões de ha no mesmo período.

Por outro lado, a área destinada à produção de feijão caiu de 5,3 para 2,95 milhões de ha, a de arroz de 4,16 para 1,87 milhões de ha e a de mandioca de 1,98 para 1,22 ha no mesmo período.

Vale destacar adicionalmente que entre 1990 e 2018, a soja ultrapassou o milho em termos de área plantada, assumindo a condição de maior lavoura do país. Foi também a cultura com maior crescimento em termos proporcionais, triplicando a área plantada.

Outro dado revelador dos caminhos da produção agropecuária brasileira é o relativo à expansão da criação de bovinos no Brasil, atividade que se caracteriza pelo caráter extensivo, e cujo número de cabeças (213,5 milhões) já é maior que o número de brasileiros (210 milhões). Neste caso observamos que a criação de bovinos expandiu-se em todas as regiões do país, mas com destaque para a Amazônia, onde a expressão foi mais significativa, passando de 17,8% do rebanho brasileiro em 1990 para 40,6% em 2018.

Por fim, vale registrar também o grande crescimento da produção de madeira no país a partir da silvicultura, isto é a produção em escala industrial de árvores para fabricação

Dossiê Temático

“Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”

de papel e celulose ou carvão vegetal, ou ainda madeira para a indústria moveleira, da construção civil, entre outros usos.

A comparação entre o crescimento da população brasileira e o crescimento da produção agrícola, revela uma acentuação da insegurança alimentar no país. Entre 1991 e 2020, a população brasileira cresceu 40%. No mesmo período, a produção de arroz aumentou 58,3% e a de feijão 30,527%, ou seja, a de arroz superou o crescimento populacional, mas a de feijão ficou abaixo deste, o que significa dizer que caiu a disponibilidade de feijão por habitante, o que explica que este produto seja importado hoje até da China. O caso da mandioca é ainda pior, pois a produção diminuiu 27,5%. Por outro lado, a produção de milho cresceu 285,5%, a de cana-de-açúcar 184,3% e a de soja 492,5%, o que confirma a prioridade da agricultura brasileira atual pelos produtos voltados para exportação ou a produção de matérias primas para a indústria em detrimento da produção de alimentos para a população.

Todos esses dados apontam para a inexorável ampliação de nossa insegurança alimentar, decorrente de um modelo produtivo que expande a produção de commodities em detrimento da produção de alimentos, fortalece o agronegócio e não a agricultura, muito menos uma agricultura de base camponesa e agroecológica. Como diz Carvalho:

O denominado agronegócio vigente no país (as empresas capitalistas direta e indiretamente relacionadas com o campo) enaltece e reproduz sem se ruborizar, pela promoção consciente da subalternidade colonial brasileira perante as economias altamente desenvolvidas, a primarização da economia exportadora nacional onde predomina a espoliação da natureza. (CARVALHO, 2013: 10)

Tais processos espoliativos da natureza se refletem, por exemplo, no avanço do desmatamento. Segundo dados do IBGE temos o seguinte cenário em relação aos grandes biomas brasileiros: a área desflorestada se aproxima hoje dos 20% da área florestal original da Amazônia; por sua vez, da Mata Atlântica, restam apenas 12% da área total, do Pampa, 46%, do Cerrado, 51%, da Caatinga, 54% e do Pantanal, 85%. Entretanto, a maior expansão recente do desmatamento tem se concentrado no Cerrado e na Amazônia.

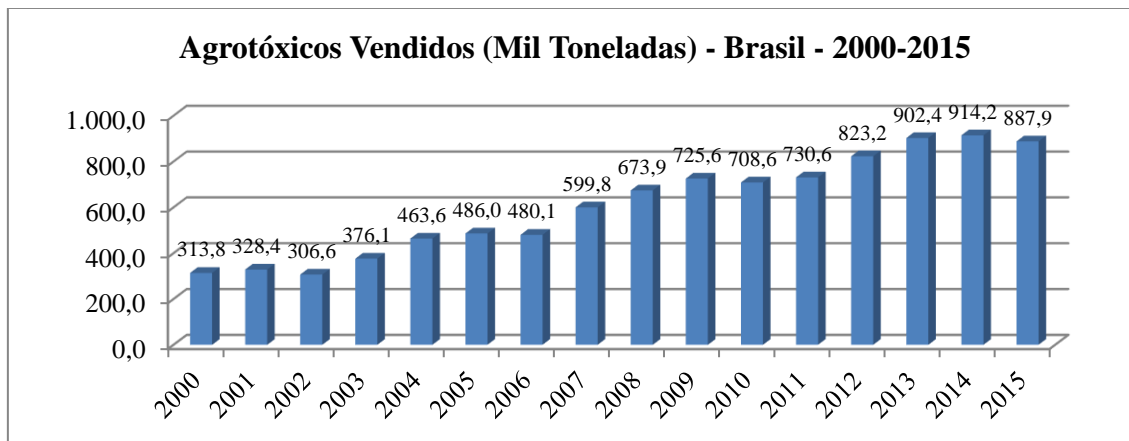
Já no que diz respeito aos agrotóxicos, o uso cada vez mais intenso transformou o Brasil no maior consumidor mundial desde o ano de 2008. Os dados abaixo mostram que a venda de agrotóxicos no Brasil cresceu do patamar de 300 mil toneladas no início dos anos

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 251-285, mês dez, 2020.

ISSN: 2176-5774

200 para uma média de 900 mil toneladas entre 2012 e 2015, triplicando o volume de vendas, evidenciando o quão insustentável é a agricultura brasileira.

Gráfico 7 – Agrotóxicos Vendidos (Mil Toneladas) - Brasil - 2000-2015



Fonte: SINDAG/Sindiveg – Compilados pela Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida. Organizado pelo Autor.

Os ideólogos do agronegócio usam a expressão “produção de commodities” para designar a produção em larga escala e de forma especializada de cana, milho, soja, outrora denominada simplesmente monocultura. Rejeitam a noção de latifúndio, afirmando que é a moderna tecnologia e a elevada produtividade que marcam o campo brasileiro. Dizem que não existe trabalho escravo no campo, mas uma “cultura trabalhista diferenciada”. E que a agricultura brasileira é sustentável. Novas justificativas para velhas práticas. Mudam os nomes, mas a realidade persiste no campo brasileiro: violência, exploração e devastação. E cinismo também.

Já dizia Marx que para desvendar as relações sociais precisamos ir muito além das aparências. Nada mais falacioso do que o discurso dos ideólogos do agronegócio de que a terra já não é mais fundamental para a agricultura contemporânea, pois está é intensiva em capital e tecnologia. Terra é não só fundamental para o agronegócio, como hoje também para uma série de outras estratégias do capital, dentre elas a especulação movida por grandes empresas transnacionais, bem como fundos financeiros os mais diversos que cada vez mais investem em terras como ativos financeiros. De outro modo, como explicar a resistência do agronegócio à atualização dos índices de produtividade para desapropriação de terras para reforma agrária? Como afirma Medeiros:

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 251-285, mês dez, 2020.

ISSN: 2176-5774

Terras improdutivas ou produzindo pouco fazem parte das necessidades criadas pela expansão das atividades empresariais. Transformá-las em áreas passíveis de desapropriação, com a possibilidade de se transformarem em assentamentos, significa subtraí-las do mercado e excluí-las do cerne desse circuito de reprodução” (MEDEIROS, 2010: 4)

Além de atuarem para impedir a desapropriação das terras improdutivas situadas dentro de suas propriedades o agronegócio busca avançar sobre as terras públicas e comunitárias no Brasil. O quadro abaixo sintetiza o que está em disputa no campo brasileiro hoje: 39% do território brasileiro estão hoje foram do mercado de terras, por estarem sob controle estatal, Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Assentamentos Rurais, ou serem tituladas coletivamente, os Territórios Quilombolas.

Quadro 2 – Distribuição das Terras Públicas e Comunitárias por Categoria de Uso no Brasil - 2020

	Número	Área (ha)	% do Território Brasileiro
Unidades de Conservação Terrestres*	1.019	124.614.700	14,6
Terras Indígenas	567	117.067.410	13,7
Assentamentos Rurais	9.437	87.953.588	10,3
Territórios Quilombolas	296	2.720.579	0,4
Total	10.300	207.741.577	39,0

Fonte: Incra, MMA. Funai. Organizado pelo Autor. 10300

*Excluimos do cálculo as 993 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), porque são áreas situadas dentro dos limites de propriedades rurais; e as 375 Áreas de Proteção Ambiental (APAs), nas quais é possível a existência de propriedades rurais.

Se somarmos a este quadro os dados do Cadastro Rural do Incra, já apresentados anteriormente neste texto nos depararemos com uma situação absurda: o território brasileiro teria 775,5 milhões de ha de imóveis rurais, incluídos os assentamentos rurais e territórios quilombolas reconhecidos pelo Incra, mais 124,6 milhões de unidades de conservação e 117,1 milhões de ha de terras indígenas, o que daria um total de 1.017,2

milhões de hectares. Porém, como sabemos, a área territorial brasileira é de 851 milhões de ha... Nada menos que 166,2 milhões de hectares a mais...

Trata-se de uma aberração que se deve a dois fatores: (1) a grilagem de terras – como o cadastro do Incra é autodeclaratório, é comum a declaração como propriedades ou posses particulares de áreas que são públicas, como forma de tentar legalizar a grilagem de terras; (2) a inépcia do Estado brasileiro em estabelecer mecanismos de controle sobre o território, o que, óbvio, interessa aos grileiros, e ao agronegócio em seu movimento de expansão.

Fica evidente, portanto, que este modelo agrário hegemônico pelo agronegócio não interessa ao povo brasileiro, pois aumenta a desigualdade social, reduz empregos, contamina alimentos, trabalhadores, solos e águas para ampliar a produção de *commodities* controladas cada vez mais por corporações transnacionais, ao passo que a área destinada à produção da comida dos brasileiros decresce, tudo isso associado à grilagem de terras.

A superação do modelo do agronegócio passa pela retomada da reforma agrária e pelo desenvolvimento da agroecologia, sem o que o campo brasileiro continuará sendo um espaço de violência, de devastação, de superexploração do trabalho e de desigualdades profundas.

1. A reconfiguração da luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil

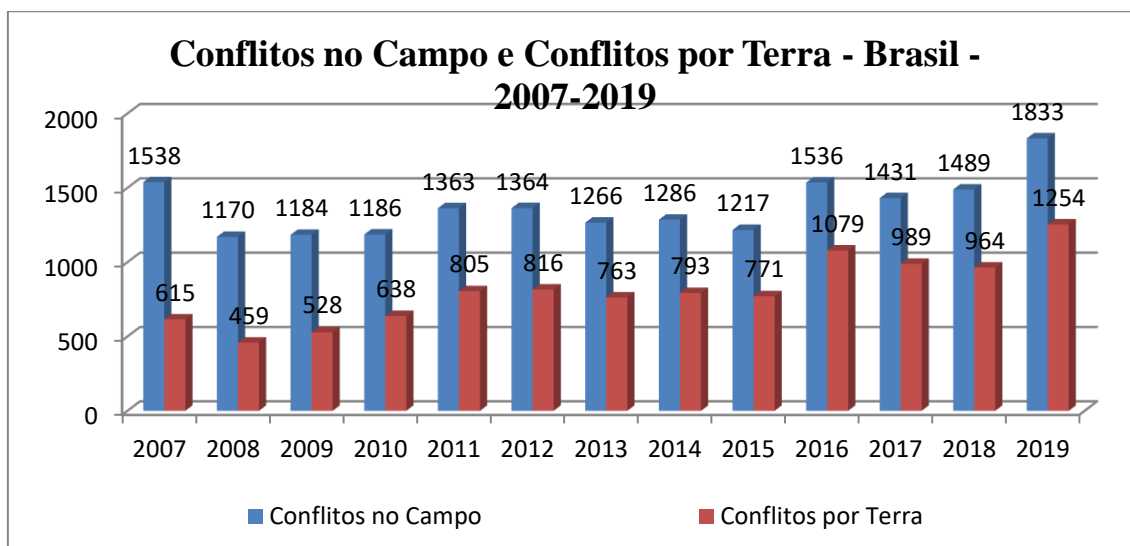
A luta pela terra no Brasil após a Ditadura Empresarial-Militar tem no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) seu principal protagonista. Nos anos 1980, quando surgiu, o MST se notabilizou por colocar as ocupações de terra como principal tática de luta pela terra e pela reforma agrária. Ainda nos anos 1980 decidiu manter articulados no mesmo movimento os que seguiam lutando pela terra e os que já a haviam conquistado, os assentados, incorporando outras lutas às suas reivindicações, como a construção de escolas nos assentamentos e o apoio financeiro à produção. Nos anos 1990, o MST, além de se expandir para quase todo o país, multiplicou as ocupações de terra e promoveu grandes marchas ampliando seu poder de pressão política e sua influência sobre a sociedade brasileira. Mas os anos 1990 foram também o do maior massacre sofrido por militantes do Movimento, o de Eldorado dos Carajás, em 1996. Nos anos 2000, o Movimento passou a incorporar perspectiva agroecológica como orientação para a

organização social e produtiva dos assentamentos e na década de 2010 a buscar estreitar as relações com a população das cidades, através da criação de feiras e espaços de comercialização nos grandes urbanos do país. Assim, o MST foi passo a passo se transformando e reconfigurando a luta pela reforma agrária no país.

Mas não só as mudanças na atuação do MST marcaram a reconfiguração da luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil, os dados sobre a violência no campo levantados pela CPT e publicados anualmente no Caderno Conflitos no Campo Brasil (www.cptnacional.org.br) mostram que houve grandes inflexões nos conflitos no campo nos últimos anos.

O Gráfico 8, abaixo, aponta para o crescimento dos conflitos no campo brasileiro nos últimos anos, sendo que em 2019 tivemos o maior número de conflitos da década, com aumento de 23% em relação ao ano de 2018. Além disso, houve aumento dos conflitos por terra entre os conflitos no campo na última década. Entre 2007 e 2009 os conflitos por terra representavam 40% a 50% dos conflitos no campo, este patamar mudou para 50% a 65% entre 2010 e 2015 e pulou para mais de 70% em 2016, mantendo-se neste patamar nos anos de 2017 e 2019, com leve oscilação para 65% em 2018.

Gráfico 8 – Conflitos no Campo e Conflitos por Terra no Brasil – 2007-2019



Fonte: CPT. Organização do Autor.

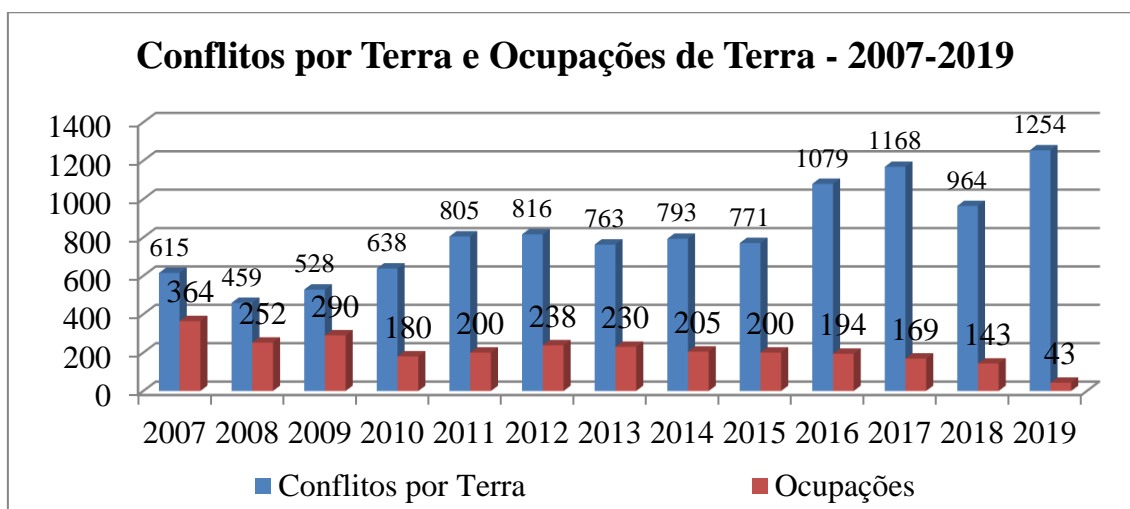
Vale registrar ainda o crescimento dos conflitos por terra em termos absolutos, pois estes passaram dos 1.000 casos pela primeira vez em uma década em 2016, o que se repete em 2019, quando atinge o pico de 1254 conflitos.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 251-285, mês dez, 2020.

ISSN: 2176-5774

Já o Gráfico 9 mostra que a maior parte dos conflitos por terra não foi resultante de ações dos movimentos sociais, como ocupações de terra, como apregoam certas vezes ligadas aos interesses do agronegócio, mas de ações de despejo, expulsão, enfim, ações protagonizadas pelo capital/latifúndio na sua sanha de se apropriar de mais e mais terras. Os dados apontam para a redução do percentual de ocupações em relação ao total dos conflitos por terra, caindo de um patamar superior a 50% entre 2007 a 2009 para um padrão entre 20 a 30% entre 2010 e 2015, para menos de 20% entre 2016 e 2018 e para menos de 5% em 2019. Isto demonstra que os povos do campo estão sendo vítimas de um brutal aumento da violência no açambarcamento de terras que tem caracterizado o capitalismo global na última década. As 43 ocupações de terra realizadas em 2019 são o menor número desde que a CPT começou a registrar tais ocorrências em 1988 e a queda de 70% no número de ocupações entre 2018 e 2019 revela também a decisão dos movimentos sociais do campo de evitar confrontos diante das reiteradas promessas de repressão e do estímulo à violência por parte do governo Bolsonaro.

Gráfico 8 – Conflitos por Terra e Ocupações de Terra no Brasil – 2007-2019



Fonte: CPT. Organização do Autor.

Em estudo recentemente concluído, CUIN (2018) reforça estes argumentos ao mostrar a dissociação nos últimos quinze anos entre a violência e a capacidade de enfrentamento desta por parte dos movimentos e povos do campo. As ações dos *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 251-285, mês dez, 2020.*

Dossiê Temático

“Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”

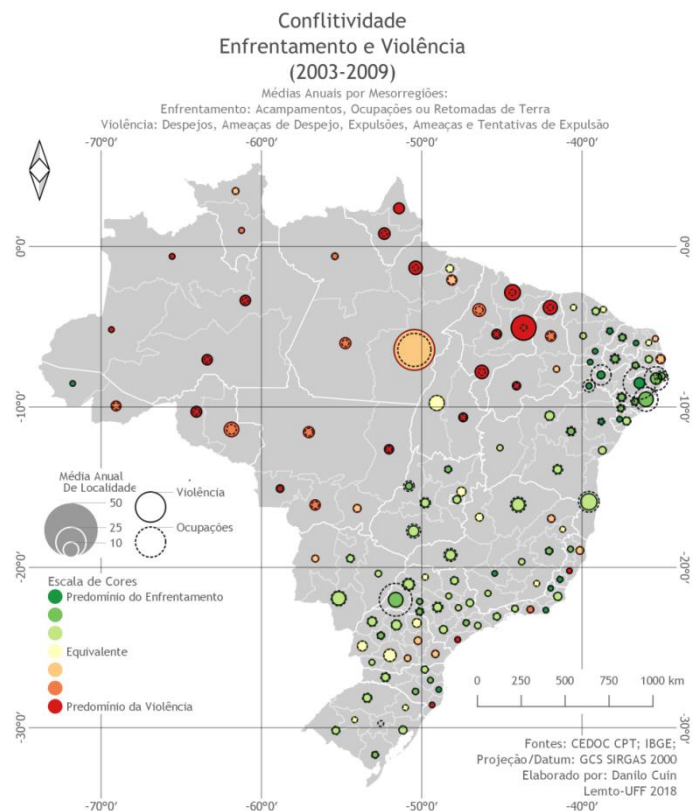
movimentos sociais e povos do campo, representadas por Acampamentos, Ocupações e Retomadas de Terra caíram de um patamar superior a 600 ações em 2003 para menos de 200 em 2017. Por outro lado, os dados sobre Violência do Poder Público e Violência do Poder Privado mostram que as ações de despejo e expulsão aumentaram nos últimos anos, principalmente as protagonizadas pelo poder privado, isto é as ações diretas, violentas e arbitrárias do agronegócio contra os povos do campo para se apropriar das terras ocupadas por estes. As ações de despejo que haviam caído sucessivamente entre 2004 e 2008, de um patamar de 300 ações para pouco mais de 100, passaram a crescer novamente a partir de então, ultrapassando o patamar de 250 ações nos últimos dois anos. Trata-se nesse caso de uma ação articulada entre o Estado brasileiro e o capital/latifúndio para retirar “legalmente” os trabalhadores das terras que ocupam, via ordens judiciais e acionamento das forças policiais para o cumprimento dessas ordens de despejo exaradas pelo poder judiciário. Já as ações de expulsão empreendidas pelo poder privado que oscilaram entre 150 e 200 ocorrências entre 2003 e 2015, aumentaram nos últimos dois anos, ultrapassando o patamar de 200 ocorrências. Neste caso, trata-se da ação de jagunços, ou sua expressão moderna, as firmas de segurança privada, que a mando de fazendeiros retiram na marra os trabalhadores das suas terras, não sendo raros os casos em que estas ações resultam em violências adicionais como assassinatos.

Os mapas 2 e 3, abaixo, também elaborados por CUIN (2018), além de corroborarem a conclusão anterior acerca do crescimento da violência no campo, permitem ainda identificar a concentração espacial desta na Amazônia, ao passo que no Centro-Sul e no Nordeste prevalecem as ações dos movimentos sociais.⁷

Mapa 2 – Ações dos Movimentos e Povos do Campo x Violência dos Poderes Público e Privado – Brasil 2003-2009

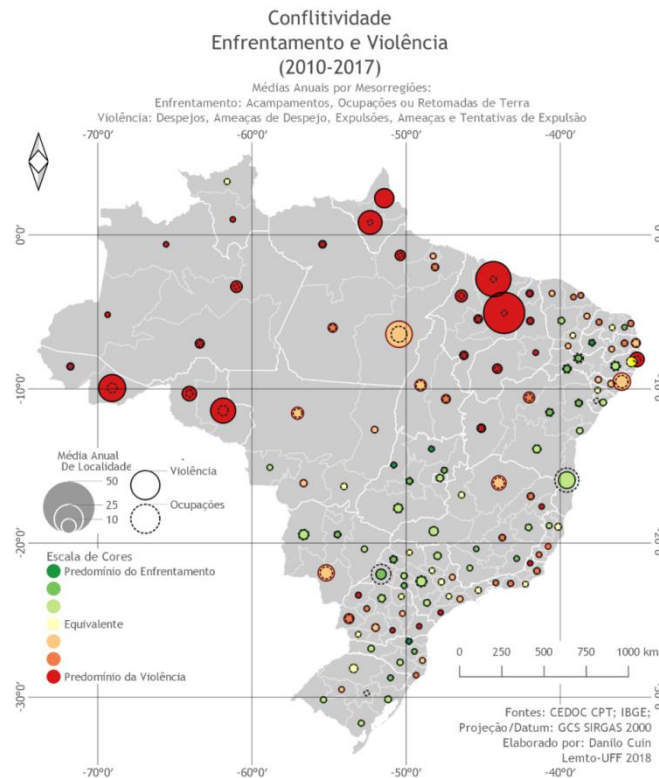
⁷ Consideramos que a regionalização do território brasileiro que mais ajuda a compreender a dinâmica dos conflitos pela terra no Brasil, é a que subdivide o país em três regiões, Amazônia (estados da Região Norte, Mato Grosso e Maranhão), Centro-Sul (estados das regiões Sul e Sudeste, Goiás, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal) e Nordeste (estados da Região Nordeste, exceto o Maranhão). Para uma explicação detalhada desta opção metodológica ver ALENTEJANO, LEITE E PORTO-GONÇALVES (2013).

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 251-285, mês dez, 2020.



No Mapa 2 observa-se que, com raras exceções, entre 2003 e 2009 as ações dos movimentos e povos do campo são predominantes no Nordeste e no Centro-Sul, ao passo que a violência dos poderes público e privado predomina na Amazônia.

Mapa 3 – Ações dos Movimentos e Povos do Campo x Violência dos Poderes Público e Privado – Brasil 2010-2017



Já o Mapa 3 revela, além do crescimento generalizado da violência e do refluxo das ações dos movimentos, a concentração dessas ações violentas na Amazônia, com destaque para os estados do Maranhão, do Amapá, de Rondônia e do Acre.

A análise acima nos permite dizer que faz pouco sentido a definição sobre a questão agrária brasileira proposta por FERNANDES et al. (2020: 2):

primeira fase neoliberal, que inicia em meados da década de 1980 com a redemocratização do Brasil até a segunda gestão do governo Fernando Henrique Cardoso. A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva inaugurou uma nova fase definida como pós-neoliberal ou neodesenvolvimentista, que continuou até o golpe político no dia 31 de agosto de 2016, na segunda gestão do governo Dilma Rousseff. O golpe iniciou a segunda fase neoliberal com o governo de Michel Temer e, nas eleições de 2018, havia a perspectiva de retomada dos governos pós-neoliberais ou a continuidade dos governos neoliberais.

Tal proposição apresenta dois grandes problemas: (1) primeiro, remontar o neoliberalismo no Brasil à década de 1980 é um anacronismo que não encontra respaldo na literatura, consensual na definição de que o governo Collor inaugura a era neoliberal no país; (2) por outro lado, a definição dos governos petistas como pós-neoliberais ou

neodesenvolvimentistas não é consensual, sendo alvo de intensas polêmicas⁸, mas quando analisados do ponto de vista da questão agrária fica ainda mais difícil sustentar a existência de diferenças profundas entre os governos petistas e os que o antecederam e o sucederam, dado que nenhum colocou a reforma agrária como centro de uma estratégia de desenvolvimento e todos impulsionaram o agronegócio como modelo hegemônico para o campo. Como nos lembra Carter,

As medidas de reforma agrária adotadas até o momento procuravam satisfazer exigências imediatas, neutralizar conflitos locais e, acima de tudo, evitar um confronto maior com os grandes proprietários de terra. Dessa forma, elas não representaram ações contundentes com o objetivo de transformar o sistema fundiário e suas assimetrias nas relações de poder. O efeito distributivo das políticas agrárias do Brasil, apesar de significativo em alguns municípios, tem tido um impacto mínimo sobre a estrutura agrária do país. Mesmo com as iniciativas promovidas no primeiro governo Lula, a reforma agrária brasileira é, em termos proporcionais, uma das menores de toda a América Latina. (...) No total, esse processo de reforma beneficiou 5% de toda a força de trabalho agrícola e distribuiu 11,6% do total de terras cultiváveis.” (CARTER, 2010: 60/61)

Ao invés de realizar a reforma agrária nas áreas onde se concentram as lutas pela terra, os sucessivos governos brasileiros empurram as famílias assentadas para a fronteira agrícola, no que denominamos de descolamento geográfico entre as lutas pela terra e a política de reforma agrária (Alentejano, 2004) e outros autores também têm destacado.

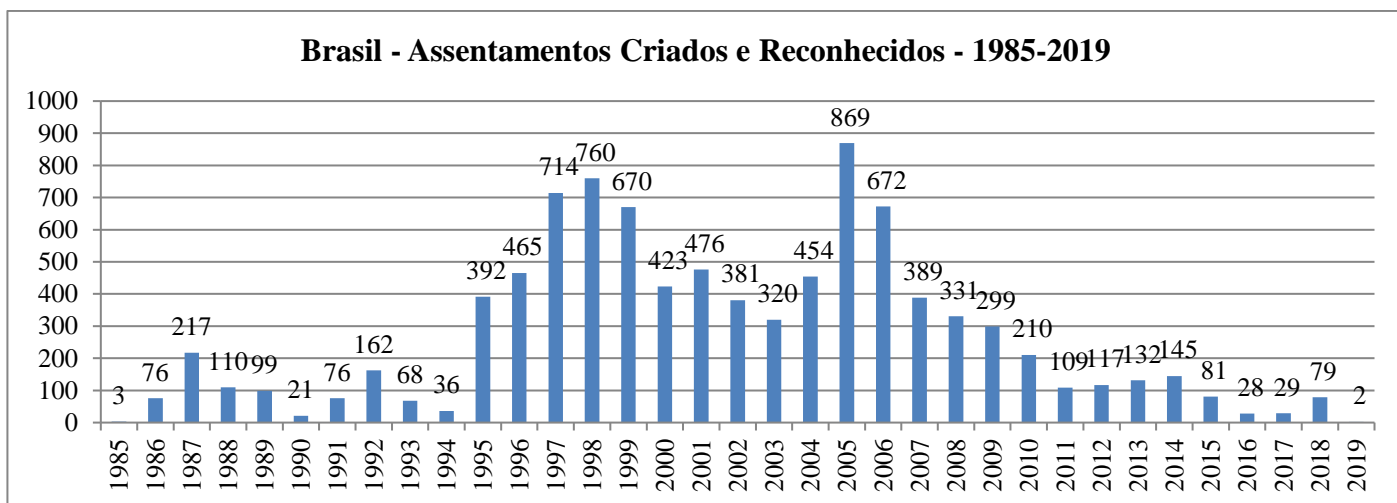
...os assentamentos de reforma agrária estão concentrados nas regiões de fronteira e nas partes mais empobrecidas do país (...) Mais de 70% das terras repartidas entre 1985 e 2006 estão na Amazônia, a dizer, na região Norte e os estados vizinhos de Mato Grosso e Maranhão. No entanto, a pressão mais intensa pela reforma agrária aconteceu nas regiões Sul e Sudeste do país. Entre 1988 e 2006, essas duas regiões do país – de fato as mais desenvolvidas e onde o valor das terras é mais alto – registraram a metade das ocupações de terra, mas só tiveram o assentamento de 9% das famílias, numa área total que apenas alcançou os 5% do território distribuído pelo Estado. (CARTER & CARVALHO, 2010: 294)

Os dados sobre a criação de assentamentos indicam que no próprio segundo governo Lula a criação de assentamentos já recuara para patamares inferiores ao do governo FHC, tornando ainda mais insustentável a distinção entre os governos proposta por FERNANDES et al (2020).

⁸ Ver por exemplo o dossiê publicado na Revista Serviço Social e Sociedade, nº 112 de 2012.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 251-285, mês dez, 2020.

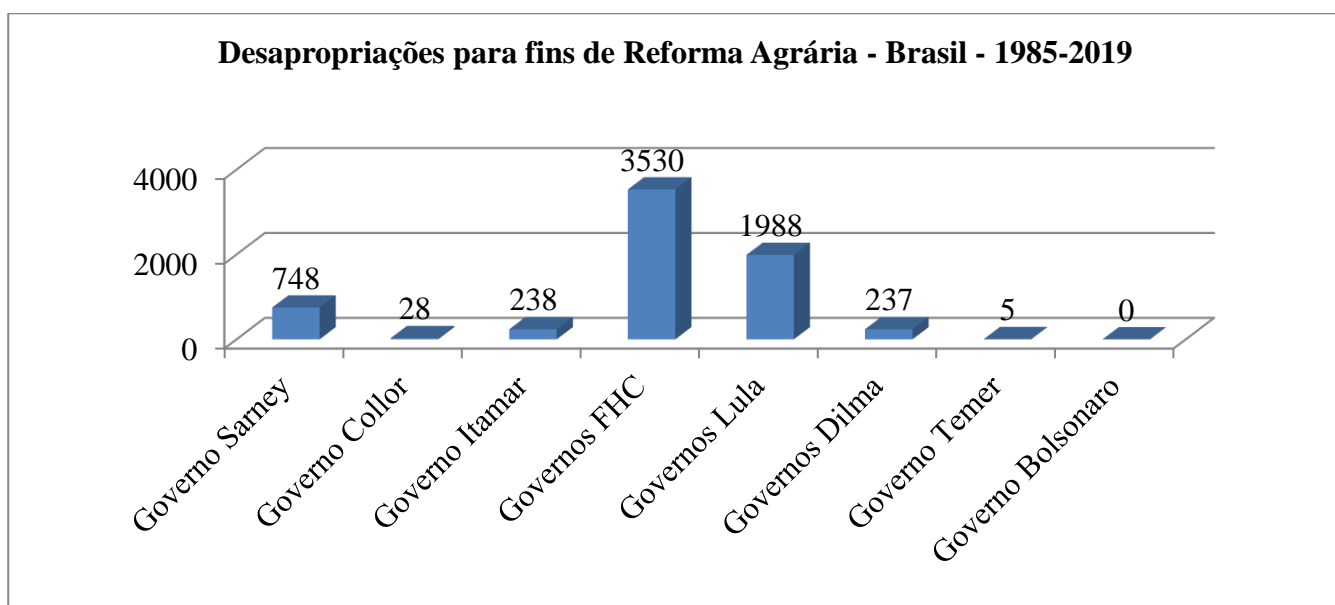
Gráfico 13 - Brasil - Assentamentos Criados e Reconhecidos - 1985-2019

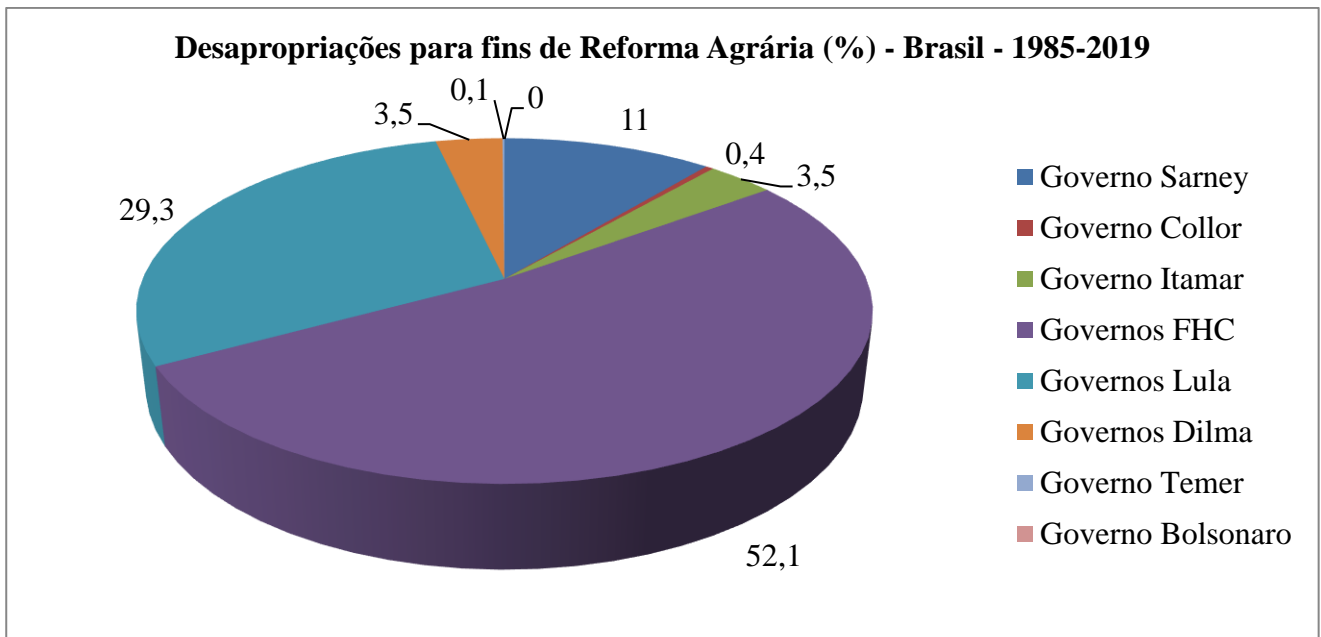


Fonte: Incra. Organizado pelo Autor.

Se ao invés dos dados sobre criação de assentamentos utilizarmos os dados sobre desapropriações de terra a distinção proposta pelos autores torna-se ainda mais insustentável, pois nada menos que 52,1% das desapropriações de terra foram realizadas nos governos FHC.

Gráficos 14 e 15 - Desapropriações



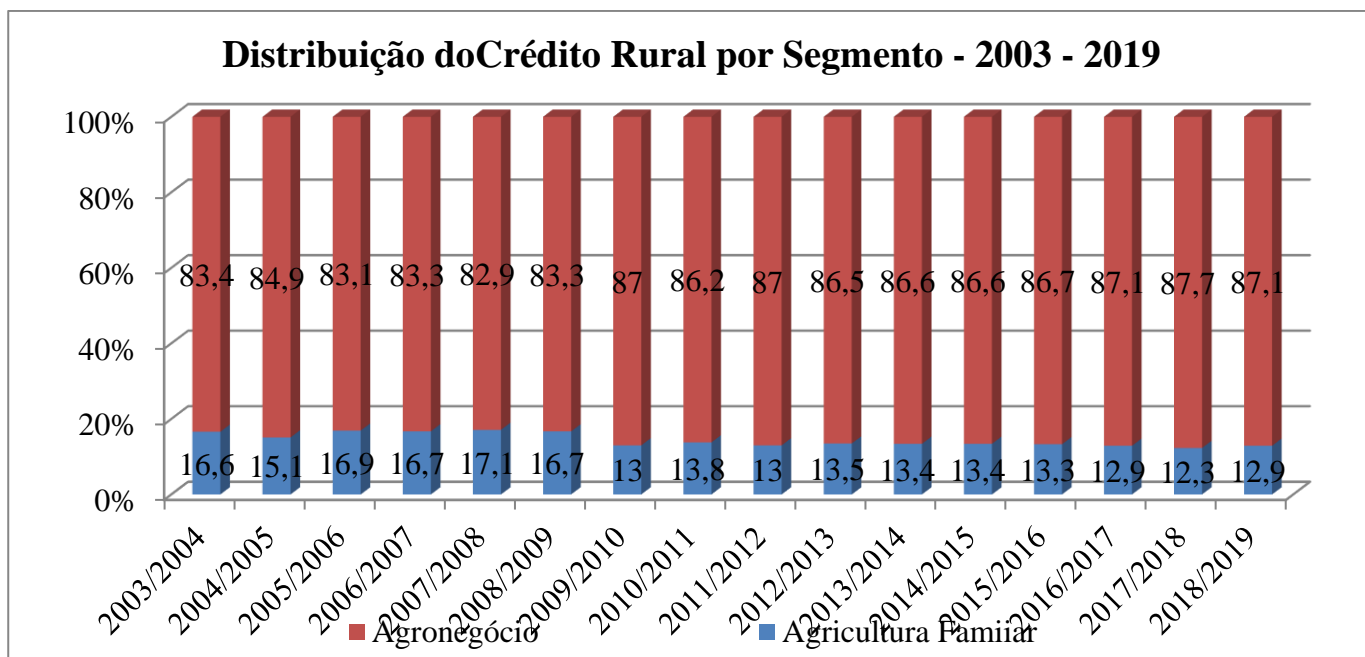


Fonte: Incra. Organizado pelo Autor.

O que os dados ressaltam é que do ponto de vista da questão agrária a distinção proposta pelos autores em relação aos governos não se sustenta. Como explicar a partir da oposição governos neoliberais x pós-neoliberais/neodesenvolvimentistas o fato do governo FHC ter realizado a maior parte das desapropriações? E como explicar que nos governos pós-neoliberais/neodesenvolvimentistas de Dilma foram praticamente o mesmo número de desapropriações que no curto governo neoliberal de Itamar e menos de um terço das realizadas pelo governo neoliberal (sic) de Sarney?

Consideramos que uma análise adequada da questão não pode tomar o recorte dos governos como critério central, uma vez que alguns processos transcendem tais recortes históricos, como procuramos demonstrar acima acerca da construção da hegemonia do agronegócio, iniciada na passagem do primeiro para o segundo governo FHC, impulsionada pelos governos petistas e em plena vigência no governo Bolsonaro. Deste ponto de vista há mais continuidades que descontinuidades entre os diferentes governos, como podemos observar, por exemplo, pelos dados de evolução do crédito rural que mostram que o crescimento da parcela destinada ao agronegócio.

Gráfico 16 – Distribuição do Crédito Rural por Segmento - 2003 - 2019



Fonte: MAPA. Organizado pelo Autor.

A participação máxima da agricultura familiar jamais ultrapassou 17% do volume total de crédito e foi reduzindo-se gradativamente ao longo do tempo. No primeiro governo Lula o Pronaf representava em média 16,5% do total do crédito, enquanto o agronegócio abocanhava 83,5%, já no segundo governo Lula há uma queda na participação do Pronaf, com o recuo no último ano do governo para 13%. Essa média em torno de 13% se manteve ao longo dos governos Dilma e posteriormente, com os governos Temer e Bolsonaro cai ainda mais para a casa dos 12%.

Do ponto de vista político há que considerar as mudanças no tratamento dado aos movimentos sociais do campo. Neste sentido, não há dúvidas de que os governos petistas foram muito mais abertos ao diálogo com estes, atendendo a um conjunto de reivindicações, criando ou ampliando políticas públicas importantes, como o próprio Pronaf, o Pronera, o PAA, etc... Mas, apesar da importância destas políticas, nenhuma tinha amplitude para promover mudanças estruturais no campo, o que só uma efetiva reforma agrária poderia fazer.

Não resta dúvida, entretanto, de que a partir de 2016 estas políticas foram destroçadas e o diálogo com os movimentos sociais do campo se esvaiu completamente e

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 251-285, mês dez, 2020.

ISSN: 2176-5774

passou a preponderar o autoritarismo e a repressão, em especial com a eleição de Bolsonaro, representante da extrema direita e que indicou para cuidar da área fundiária em seu governo o então presidente da UDR, a mais reacionária e violenta das entidades do patronato rural brasileiro.

Há certa controvérsia sobre como definir o governo Bolsonaro, se fascista, neofascista⁹ ou pós-fascista, como o fazem FERNANDES et al (2020) a partir da definição do historiador italiano Enzo Traverso, porém, o que importa é que, no tocante aos movimentos sociais do campo, a violência e o autoritarismo são a marca fundamental e a reforma agrária foi totalmente paralisada.

No ano de 2019 a reforma agrária sofreu a maior retração da história, desde 1985, quando foram criados apenas 3 assentamentos. Em 2019 nenhum assentamento foi criado e nenhuma propriedade foi desapropriada para fins de Reforma Agrária. O governo Bolsonaro reconheceu apenas dois territórios quilombolas, que já tinham suas áreas delimitadas em anos anteriores como áreas do Programa Nacional de Reforma Agrária: a comunidade quilombola Povoado Forte, nos municípios de Nossa Senhora das Dores e Cumbe, estado de Sergipe (delimitado em 2017) e o Quilombo Invernada Paiol de Telha-Fundão, no município de Guarapuava, estado do Paraná (delimitado em 2014). (FERNANDES et al, 2020: 6)

Os autores destacam ainda que houve um total desmantelamento do Incra e orientação explícita para que as Superintendências Regionais interrompessem todas as ações de desapropriação e compra de terras para criação de assentamentos. Além disso, a política de titulação definitiva de terras que já tinha sido colocada pelo governo Temer no centro da política agrária, foi ratificada. Em 2017 foram expedidos 26.563 TDs e 97.030 CCUs, mais que nos dez anos anteriores e em 2019 foram mais 852 TDs e 14.868 CCUs (FERNANDES et al, 2020: 7).

Também apontam que foram editadas várias medidas que reforçam os processo de grilagem de terras no país, como a MP 901 que destina terras da União para governos do Amapá e Roraima, a MP 910 que amplia as possibilidades de regularização de terras públicas ocupadas irregularmente (FERNANDES et al, 2020: 8).

Assim como afirmam que os retrocessos se estenderam à área ambiental, como a MP 884 convertida na Lei 13.887/2019 que acaba com o prazo de inscrição do Cadastro

⁹ Ver, por exemplo, a polêmica entre Armando Boito Jr. e Atilio Borón no Brasil de Fato em 2019 – disponível em www.brasildefato.org.br.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 251-285, mês dez, 2020.

Ambiental e a acelerada liberação de agrotóxicos, um total de 502 em 2019. Sem falar no incentivo à violência no campo, com a Lei 13.715/2019 amplia o armamento na área rural (FERNANDES et al, 2020: 8/9).

Mas não há como concordar com a afirmação de que:

Na contramão dos incentivos às classes populares conquistados nos últimos anos de governo pós-neoliberal, o governo Bolsonaro tem apoiado e proposto um modelo de desenvolvimento que tem valorizado e criado oportunidades para os latifundiários, as mineradoras e o agronegócio em detrimento dos sujeitos da Amazônia, ou seja, seus recursos estão cada vez mais próximos das empresas capitalistas e longe dos cidadãos amazônidas. (FERNANDES et al, 2020: 9).

Não é possível ignorar as medidas dos governos petistas favoráveis à expansão do agronegócio, à grilagem de terras e à expansão da mineração e construção de grandes hidrelétricas na Amazônia. Afinal, de quando é Belo Monte? Quando foram construídas as hidrelétricas de Jirau e Santo Antonio? Quem editou a MP 458/2009 que criou o Programa Terra Legal na Amazônia?

Definitivamente, a – necessária – crítica à virada ultraliberal desencadeada pelo golpe de 2016 e ao pós ou neofascismo do governo Bolsonaro não pode ser feita ignorando que os governos petistas sustentaram o fortalecimento do agronegócio e contribuíram decisivamente para a sua atual hegemonia no campo brasileiro.

Na contramão do avanço do agronegócio, a defesa da reforma agrária e da justiça no campo tem se associado a outras bandeiras, como a causa ambiental, a soberania alimentar e a luta pela democracia. Vale dizer que esta não é apenas uma luta brasileira, como nos lembra o sociólogo argentino Miguel Teubal:

...la lucha por la tierra y la reforma agraria hacia fines del siglo XX, comienzos del nuevo milenio, constituye una lucha contra el modelo de agricultura industrial o agroalimentario, impulsado por estas transnacionales que dominan tecnologías de punta, canales de comercialización de alimentos, grandes industrias alimentarias, así como también la producción de semillas y productos transgénicos. Surge en consecuencia que la lucha por la tierra es también una lucha en contra de un nuevo establishment surgido en escala mundial que incide sobre múltiples aspectos que atañen a la tierra y al sistema agroalimentario en su conjunto. Es, asimismo, una lucha en contra de toda una cultura impulsada por ese establishment vinculado al mercado y a la mercantilización de la vida misma. (TEUBAL, 2009: 226/227)

Neste sentido, a construção de uma reforma agrária agroecológica tem sido colocada como pauta central pelo MST e outros movimentos sociais do campo. Trata-se não apenas de mudar o padrão técnico dominante com a rejeição aos agrotóxicos, mas de construir outras práticas produtivas, outras formas de comercialização, outras relações de trabalho, outras relações sociedade-natureza que superem a fratura metabólica (FOSTER, 2005) instaurada pelo capital.

Também a realização do Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, em 2012, que reuniu 37 organizações da sociedade civil, incluindo dezenas de movimentos camponeses, indígenas e quilombolas, representou um importante passo neste sentido, com o conjunto desses movimentos assumindo a bandeira da reforma agrária agroecológica.

Assim, o MST e demais movimentos sociais do campo têm renovado o debate sobre a reforma agrária no Brasil, articulando-o com educação, cultura, ecologia, afinal, como nos lembra Miguel Carter:

O debate em vigor no Brasil sobre a reforma agrária toca assuntos que ultrapassam a questão fundiária e o desenvolvimento rural. Os assuntos em pauta levantam problemas mais profundos da sociedade brasileira. Na alvorada do século XXI, a reforma agrária continua sendo parte de uma conversação complexa e contenciosa sobre o futuro do Brasil – suas promessas e necessidades, seus temores e sonhos. (CARTER, 2010: 71).

É este o sentido de ações desenvolvidas pelo MST, como a multiplicação das feiras da reforma agrária nos estados e a realização da Feira Nacional da Reforma Agrária, em São Paulo, já na sua terceira edição. Espaços nos quais não apenas se vende diretamente a produção dos assentados, mas também se debate a reforma agrária e a agroecologia e se manifesta a cultura popular. Assim como o fazem os Armazéns do Campo abertos em São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Recife, Caruaru, Porto Alegre, São Luís... espaços onde os alimentos saudáveis se misturam à música, à poesia e à política.

Também nas escolas dos assentamentos a agroecologia tem se tornado referência pedagógica para a Educação do Campo, isto é, a educação pensada para e a partir das populações do campo, suas lutas, sua cultura, suas formas de organização social. A agroecologia tem sido inserida nos currículos das escolas do campo na forma de disciplina específica, como no caso do estado da Bahia ou como conteúdo articulador, como nas

experiências das escolas itinerantes dos acampamentos no estado do Paraná, entre outros exemplos.

Foi esse o recado dado pelas crianças sem terrinha no I Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha, realizado em julho de 2018, que reuniu em Brasília mais de 1.000 crianças de 24 estados brasileiros para, através de jogos, brincadeiras, oficinas, música, teatro e poesia, debater reforma agrária, alimentação saudável e direito à educação, saúde e cultura para as crianças do campo. Sob o lema “Sem Terrinha em movimento: brincar, sorrir, lutar por reforma agrária popular”, as crianças realizaram ainda um passeio/manifestação na Esplanada dos Ministérios e na Praça dos Três Poderes, onde expressaram sua inconformidade com o fechamento de escolas no campo e exigiram reforma agrária e alimentação saudável.

Considerações Finais

A hegemonia do agronegócio foi construída desde o final da década de 1990, como um projeto político, econômico e ideológico e teve apoio de todos os governos desde então, seja FHC, Lula, Dilma, Temer ou Bolsonaro. Nenhum desses governos opôs resistência ao avanço do agronegócio, ao contrário, todos – embora com diferenças retóricas – adotaram medidas econômicas e legislativas que impulsionaram sua expansão.

É verdade que os governos petistas mantiveram diálogo aberto com os movimentos sociais do campo e criaram ou ampliaram importantes programas reivindicados por esses movimentos, que contribuíram para melhorar a vida de parcela importante dos trabalhadores rurais e povos do campo, ao contrário dos governos de FHC, Temer e Bolsonaro, que em maior ou menor grau pautaram-se pelo arbítrio e a repressão na relação com estes movimentos e, em particular os dois últimos abandonaram qualquer política favorável a esses.

Mas todos esses governos, sem exceção, renegaram a reforma agrária como alternativa de desenvolvimento para o campo brasileiro.

No seu processo de expansão, o agronegócio promoveu violência, devastação e exploração do trabalho para se apropriar de novas terras e aumentar seus lucros, seja por meio da ampliação da produção de *commodities*, seja através da especulação.

Dossiê Temático

“Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”

Neste contexto de hegemonia do agronegócio observamos uma reconfiguração da questão agrária no Brasil, com alterações na dinâmica da luta pela terra e incorporação de novos elementos ao debate da reforma agrária.

No que se refere à luta pela terra, as ocupações de terra se reduziram e aumentaram os despejos e expulsões de posseiros, quilombolas, indígenas, acampados e assentados.

Ao mesmo tempo, os movimentos sociais abriram novas frentes de luta, redefinindo os termos da luta pela reforma agrária, em especial pautando os temas da soberania alimentar e da agroecologia.

Vale aqui lembrar uma das principais cantigas que ecoou pelos inóspitos e insensíveis espaços da capital federal na marcha dos sem terrinha em 2018: “Sou Sem Terrinha do MST/Acordo todo dia pra lutar você vai ver/Por terra, por escola, saúde, educação/Desse meu direito eu não abro mão”.

Que a lição das crianças sem terrinha anime a todos a seguir na luta.

Referências Bibliográficas

ABRASCO. *Dossiê Agrotóxicos*. Rio de Janeiro, ABRASCO, 2012.

ALENTEJANO, Paulo. *Os conflitos pela terra no Brasil: uma breve análise a partir dos dados sobre ocupações e acampamentos*.in CPT. *Conflitos no Campo Brasil 2003*. Goiânia: CPT, 2004.

ALENTEJANO, Paulo, LEITE, Luiza Chuva Ferrari & PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Atlas dos conflitos no campo brasileiro. CPT/GeoAgaria-FFP-UERJ/Lemto-UFF. Goiânia/São Gonçalo/Niterói, 2013.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Agroestratégias e desterritorialização – os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios*. In O Plano IIRSA na visão da Sociedade Civil Pan-Amazônica. 2009.

BRUNO, Regina. *Movimentos Sou Agro: marketing, habitus e estratégias de poder do agronegócio*. 36º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu/MG, 2008.

CARVALHO, Horacio Martins de. *O camponês, guardião da agrobiodiversidade*. Curitiba, mimeo, 2013.

CARTER, Miguel. *Desigualdade social, democracia e reforma agrária no Brasil*. In CARTER, Miguel. (org.) *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 251-285, mês dez, 2020.

ISSN: 2176-5774

Dossiê Temático

“Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”

CARTER, Miguel. *Desafiando a desigualdade: contestação, contexto e conseqüências*. In CARTER, Miguel. (org.) *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

CARTER, Miguel & CARVALHO, Horacio Martins de. *A luta na terra: fonte de crescimento, inovação e desafio constante ao MST*. In CARTER, Miguel. (org.) *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

CUIN, Danilo Pereira. *Geografia dos conflitos por terra no Brasil (2003-2017)*. TCC. Niterói, UFF, 2018.

DELGADO, Guilherme Costa. *O que significa agronegócio no Brasil*. Brasília: IPEA, 2006.

_____. *A questão agrária e o agronegócio no Brasil*. in CARTER, Miguel. (org.) *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

_____. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DELGADO, Nelson G. & LEITE, Sérgio P. *Nota técnica: produção agrícola*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano, CLEPS JR., João, SOBREIRO Fº, José, LEITE, Acácio Zuniga, SODRÉ, Ronaldo Barros. *A questão agrária no primeiro ano do governo Bolsonaro*. DATALUTA/NERA, 2020.

FONTES, Virginia. *O Brasil e o capital-imperialismo – teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

FPA/IPA. *Pauta Positiva – Biênio 2016-2017*. Brasília: FPÇA/IPA, 2016.

GRAIN. *El acaparamiento global de tierras en el 2016*. Barcelona, 2016.

GUERENÑA, Arantxa & VILLAGRA, Luis Rojas: *Yvy Jára. Los dueños de la tierra en Paraguay*. Oxfam Paraguay. Asunción. 2016.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*; tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. – 7. Ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HEREDIA, Beatriz; LEITE, Sergio Pereira; PALMERA, Moacir. *Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 25, n. 74, 2010.

LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz. *Educação e agronegócio: a nova ofensiva do capital nas escolas públicas*. Curitiba: Appris, 2016.

LEVIEN, Michael. *Da acumulação primitiva aos regimes de desapropriação*. *Sociologia e Antropologia*, volume 04.01, junho de 2014.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 251-285, mês dez, 2020.

ISSN: 2176-5774

Dossiê Temático

“Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”

McMICHAEL, Philip. Rethinking Land Grab Ontology. *Rural Sociology*, 79, 01. 2014.

MEDEIROS, Leonilde S. de. *A polêmica sobre a atualização dos índices de produtividade da agropecuária*. 2010 (Consultado em <http://www.mst.org.br/node/9041>).

PITTA, Fabio T. & MENDONÇA, Maria Luisa. A empresa Radar S/A e as especulações com terras no Brasil. Editora Outras Expressões, São Paulo/SP. Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter & ALENTEJANO, Paulo R. R. *A violência do latifúndio moderno-colonial e do agronegócio nos últimos 25 anos*. in CPT. *Conflitos no Campo Brasil 2009*. Goiânia: CPT, 2010.

SAUER, Sérgio & LEITE, Sérgio Pereira. *A estrangeirização da propriedade fundiária no Brasil*. Rio de Janeiro: OPPA/CPDA/UFRRJ, 2010.

SASSEN, Saskia. *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*. Tradução Angélica Freitas. 1ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SVAMPA, Maristela. “Consensus de los commodities” y linguagens de valorização em América Latina. *Revista Nueva Sociedad*, n 244, 2013.

TEUBAL, Miguel. *La lucha por la tierra en América Latina*. In GIARRACA, N. & TEUBAL, M. (coords.). *La tierra es nuestra, tuya y de aquél – las disputas por el territorio en América Latina*. Buenos Aires: Antropofagia, 2009.

WESZ JUNIOR, V. J. . *O mercado da soja no Brasil e na Argentina: semelhanças, diferenças e interconexões*. *Século XXI - Revista de Ciências Sociais*, v. 4, p. 91-113, 2014.

Submetido em maio de 2020

Aceito em junho de 2020